

Acordo com o FMI deverá ser fechado só no início de 86

**BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO**

Além de estar estudando a possibilidade de fechar o acordo com o FMI (Fundo Monetário Internacional) apenas no início de 1986 — como o ministro da Fazenda, Francisco Dornelles, admitiu segunda-feira — o governo brasileiro também analisa a hipótese de uma redução do prazo de consolidação plurianual da dívida externa brasileira, revelou, ontem, um assessor do ministro Dornelles. Com esta hipótese, o Brasil em vez de montar um pacote com os bancos credores prevendo amortizações do principal da dívida de 1985 a 1991, conforme o estipulado pelo governo passado, anteciparia as amortizações para o período de 1986 a 1988.

Essa consolidação plurianual coincidiria com o final do mandato do presidente José Sarney e faria o volume de amortizações a ser negociado com os credores cair de US\$ 45,3 bilhões para US\$ 30 bilhões. A queda do volume de amortizações também seria acompanhada da diminuição do prazo para a efetivação das amortizações. Originalmente pensava-se, no governo anterior, num prazo de 16 anos (até o ano 2000). Entretanto, o assessor de Dornelles não soube precisar para quanto diminuiria o prazo, com a nova hipótese.

O auxiliar do ministro da Fazenda ressaltou que tudo isso não passa de mais uma hipótese, como muitas que deverão surgir até o final do ano, quando o acordo com o FMI começará a ser fechado, mas ainda em tempo para iniciar seu prazo de validade em janeiro de 1986. Com o acordo fechado, e o conseqüente sinal verde do Fundo aos bancos, começará a contagem de tempo para a finalização das conversações com os credores.

CORTES

Sobre as negociações com o FMI,

o assessor de Dornelles acha que o governo, como um todo, tentará não fazer novos cortes nas despesas públicas. Para atender às exigências do Fundo, ele confirmou que todas as áreas econômicas do governo (Fazenda, Seplan e Palácio do Planalto, através de assessoria econômica do presidente José Sarney) tentarão atender às exigências, mas buscando a elevação de receita.

O assessor de Dornelles observou que o Brasil não atenderá integralmente os mais Cr\$ 20 trilhões de financiamento do déficit público que o FMI quer, mas tentará o máximo possível, dentro deste intervalo, medidas no âmbito da arrecadação, como a antecipação do recolhimento do Imposto de Renda cobrado sobre as operações com títulos de renda fixa, e o aumento da reposição nas tarifas das empresas estatais (o Brasil já apresentou um compromisso de Cr\$ 5 trilhões no setor e estaria disposto a recompor mais Cr\$ 2 trilhões). Essas medidas em conjunto poderiam gerar mais Cr\$ 8 trilhões de receita.

Outro aspecto importante observado pelo assessor de Dornelles é que o Brasil, mesmo não fechando o acordo com o FMI agora, cumprirá todas as metas já apresentadas ao organismo internacional. "Isto seria mais uma prova de que estamos agindo com seriedade e cumprindo o proposto. O que ajudaria, favoravelmente, no fechamento do acordo *stand by* com o Fundo e do acordo com os credores", completou o auxiliar do ministro da Fazenda.

Enquanto isso, o deputado Alberto Goldman dizia que a afirmativa feita pelas autoridades da área econômica, de que o Brasil está obtendo nova prorrogação de sua dívida externa com os credores internacionais, escamoteia a verdade. "O certo é que estamos pagando integralmente os juros desta dívida, o que significa mais de US\$ 10 bilhões anuais, vale dizer, quase todo nosso superávit comercial."